



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



POLÍTICA E PODER NA UNIVERSIDADE: A SUBALTERNIDADE DA EXTENSÃO E DA CULTURA NESSE CENÁRIO

Área Temática: Cultura

Patricia Maneschy Duarte da Costa

Sonia Regina Mendes dos Santos¹

Resumo

O objetivo do artigo discute a constituição política no âmbito da Universidade dos aspectos de produção e execução da Cultura em editais, impulsionada pelas diretrizes propostas pelos Ministérios da Cultura e da Educação e Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O percurso teórico-metodológico contempla a pesquisa bibliográfica em diálogo com constructos de Foucault, Deleuze.

Palavras-chave: Universidade. Política cultural. Extensão Universitária.

1. Introdução

Podemos dizer que a política de extensão no Brasil organizou-se em diferentes dimensões constitutivas a partir dos diferentes interesses que fundamentaram as relações de poder sobre uma ou outra lógica que vai desde o modo organizativo de operar institucionalmente nas universidades, bem como financiar as áreas da extensão, conforme a vulnerabilidade dos interesses e políticas advindas das instâncias governamentais, dos órgãos de representatividade dos agentes educacionais para operar a articulação ensino, pesquisa e extensão e dos diferentes representantes da área da extensão das universidades.

Por longo tempo pensamos extensão dissociada da prática como evidência relacionada as representações da cultura diretamente vinculadas ao ensino. É controverso o

¹ Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/ FEBF), Pesquisadora da Capes- Avaliação da Extensão Universitária.



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

discurso que a extensão fora o suporte ao ensino e à pesquisa tendo em vista as diversas pesquisas que demonstram a indissociabilidade desta prerrogativa. Deste modo a força do tripé universitário para a formação, por longo tempo foi reconhecido de forma sub-reptícia nas políticas públicas voltadas para área extensionistas, e sob o ponto de vista da inserção da cultura como um viés formativo, só encontramos evidências a partir de 2008. Hoje, em 2016, oito anos depois, movimentos já foram efetuados que corresponderam a um reconhecimento mais consistente à área, contudo cabe reconhecer que ao depararmos com um campo de investigação com evidências as mudanças nas políticas culturais na extensão avançaram e, ao mesmo tempo, necessitam de um olhar mais aguçado para ultrapassar concepções entre os conhecimentos das áreas do ensino, da pesquisa e da extensão como campos de sobreposição valorativa nas políticas de financiamento, por exemplo.

Esse modo de olhar a política extensionista e a valorização da cultura na área ganha caracterização por meio das relações entre os sujeitos que as estruturam, sob regras, preceitos, modos de usar-aplicar o poder. Há, nestes modos de estruturação das relações de poder, uma maneira de pensar e conceber a sociedade e a sua organização que nem sempre tem como alicerce a igualdade norteadora de uma lógica aproximada ao discurso da liberdade, fundamentando-se na lógica de manutenção das diferenças socioculturais como eixo da competitividade e subalternidade entre sujeitos. É na sociedade contemporânea que se apresenta uma problemática, no dizer de Ângelo (2007, p. 03): “... a formação do indivíduo mediante os infinitos procedimentos de sujeição”.

A partir desta compreensão, levantamos os primeiros questionamentos sobre uma política de cultura na extensão universitária em uma proposta capaz de superar as práticas assistenciais e a condição de subalternidade que a marcaram historicamente. Podemos dizer que ainda marcam a universidade a partir de determinados cenários nas relações políticas, socioculturais e de uso do poder, distanciando das ideias de igualdade e pertença por meio do respeito às diferenças. Subjetividades são constituídas dissociadas da aprendizagem formativa, significativa e aprendente da cultura por meio da qual as relações entre os sujeitos podem desenhar mapas alternativos para uma nova sociedade que se estruture a partir de uma lógica mais justa e igualitária. Entendemos a cultura como elemento constituidor de um sistema fundado na compreensão dos antagonismos existentes

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



na sociedade, atravessada por mecanismos de poder e de sujeição como campo de regulação das políticas, sob o olhar de Foucault (1982).

Nessa perspectiva, a extensão universitária poderia ser um setor de resistência ao poder dominante, articulador e formador, via desenvolvimento cultural, do tripé ensino-pesquisa-extensão. A discussão sobre o lugar da cultura na universidade, em geral colocada no setor da extensão universitária, vem buscando o reconhecimento da sua dimensão formativa por meio da tentativa do diálogo e da interação com as demais atividades desempenhadas pela universidade: o ensino e a pesquisa. Porém, quando tomamos por base as políticas de financiamento, é evidente a relevância atribuída à pesquisa pelas agências de fomento no âmbito federal, em detrimento do ensino e da extensão.

De fato, percebemos o lugar da extensão como um apêndice em relação à pesquisa e ao ensino e desarticulada destes no contexto universitário, no qual existe uma nítida hierarquia no que se refere ao referido tripé. A pesquisa se torna a base do fazer e do reconhecimento intelectual dos docentes no meio acadêmico, cada vez mais impulsionado pelos mecanismos de controle e poder em relação à produtividade dos mesmos. Paula (2012, p.52), discutindo acerca da influência das políticas de avaliação da educação superior sobre o trabalho universitário, aponta:

[...] as relações de poder, hierarquias e dicotomias criadas no ambiente universitário em virtude destas políticas, entre elas, destacam-se as assimetrias entre ensino, pesquisa e extensão, graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores, dificultando a formação crítica e criativa dos atores envolvidos no processo educativo e a democratização do conhecimento científico.

Pensar que a pesquisa sobrevive sem o ensino e a extensão significa reafirmar a proposição de um lugar não esperado para os docentes, pois a docência e, sobretudo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é o fundamento da formação e esta se configura como o sentido essencial da existência da universidade.

Complementando as hierarquias e dicotomias citadas por Paula (2012), o próprio campo da extensão se apresenta subdividido em áreas de concentração, podendo ser identificados mecanismos de controle e poder, sob a forma de sujeição, tanto entre as áreas do tripé universitário, como entre as subáreas da própria extensão (Comunicação, Cultura,

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho) em relação à área da cultura.

Buscar compreender em que medida os mecanismos políticos instituem as modalidades de poder, controle e subordinação entre as áreas do tripé universitário e de que forma desenham movimentos pela busca do reconhecimento da extensão como eixo empoderado de integração-interação-interlocução no âmbito da subárea da cultura é um desafio. No entanto, a oportunidade que a sociedade tem de se encontrar com a universidade se dá por meio da extensão. Se este canal é permeado por uma política que não identifica em seus discursos uma verdade nas formas de ações contínuas, então não se tem a extensão como canal de efetivação do conhecimento produzido na universidade ou de causar algum contributo social à comunidade. “Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade.” (FOUCAULT, 2000, p. 28-29).

É neste caminho, a partir da década de 80, que as lutas vão desenhando a democratização, a “... reestruturação de políticas sociais”, conforme Silva e Frantz (2002, p. 188) e novas políticas educacionais. O contexto exigia das universidades um caminhar concreto e os novos reitores das universidades públicas passaram a ser eleitos, e entre os seus compromissos, estava o de “... efetivar os princípios da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, já expressos na Portaria nº 742/85” (SILVA, FRANTZ, 2002, p. 188), tratava-se de um compromisso da universidade com a sociedade e a sua efetivação seria realizada pela extensão. A tarefa da extensão universitária seria, nesse sentido, a manutenção da relação de reciprocidade com a comunidade via participação popular, por meio de prestação de serviços e com forte vertente na “... difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (SILVA, FRANTZ, 2002, p. 190).

Hoje, a diversidade de políticas e ações que são exercidas nas diferentes instituições universitárias do país demonstra a fragilidade da diretriz, embora a extensão tenha ganhado a sua autonomia. Está configurada e presente a diferenciação dos poderes de controle sobre as áreas da pesquisa e da extensão, desenhando uma tensão entre ambas que mantém o

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

controle da sociedade modelada pela ciência. Nesse contexto, os movimentos de hegemonia fundamentam as atividades e ações extensionistas, causam o esfacelamento dos sentidos e significados sobre a visão de uma universidade que, estruturada na interlocução com a sociedade, seria capaz de contribuir para o crescimento da mesma por meio da proposição e efetivação de políticas sociais e culturais.

Política cultural na extensão universitária- antecedentes e marcas

A política cultural hoje no Brasil emana do Ministério da Cultura (Minc). A partir dos estudos sobre o campo da cultura estruturado na universidade dentro da extensão, as realizações nessa área apresentam-se dissociadas dos demais eixos – pesquisa e ensino. Quando se pensa a cultura como centralidade na universidade, por exemplo, trata-se de observar a diversidade e as diferenças considerando-as nos campos em que se desenvolvem os projetos investigativos. E assim se desdobraria para o ensino e para a pesquisa com a mesma perspectiva, ou seja, no ensino apreendemos a cultura como mediação antropológica à formação das sociedades e dos grupos e por meio da pesquisa pode analisar e propor projetos que tenham como foco a política cultural.

Na extensão, a cultura está associada a uma leitura mais abrangente, pois associa desenvolvimento, relação, coparticipação, articulação, produção, formas de significação para os campos que estruturam a sociedade.

Desenvolver uma política cultural na universidade por meio de projetos extensionistas hoje significa articular todos os campos de formação do sujeito e dos mecanismos que compõem a sociedade, de modo a agregar valor às possibilidades de transformação e consolidação de uma sociedade humana mais igualitária e justa. Mas na prática, realizar extensão e uma política cultural na universidade não é simples, sobretudo a partir da relação de sujeição desse campo em relação à pesquisa e ao ensino, dificultando, assim, a própria compreensão da política cultural via extensão universitária. Há, ainda, muito pouco reconhecimento da existência de uma interação efetiva e não apenas discursiva, onde os saberes circulem da sociedade para a universidade e vice-versa. Essa prática não considera as culturas presentes tanto na sociedade como na universidade como sendo um campo que produz uma cultura formativa quando articulada ao ensino, à

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



adop

UFMG

ABH

FEOP

Apoio

GO GERDAU

CAPEL

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

pesquisa e à extensão. Nesta perspectiva, a concepção de cultura produzida pelos atores acadêmicos e pelos atores da sociedade, interagindo via ações extensionistas, vinculam-se às aprendizagens e à formação. Quando não alcançamos essa interlocução estamos longe de pensar uma política que avance o olhar sobre a cultura como eixo instigador do propósito questionador do pensamento acadêmico-reflexivo. A perspectiva de manter a pesquisa e o ensino dissociados da extensão pode ser considerada como uma modulação do controle e do poder existentes, na medida em que em os seus mecanismos internos de relação/ fragmentação mantém e produz hierarquias e dicotomias significativas no campo universitário.

Nas décadas 80 e 90 do século XX, o Plano Nacional de Extensão Universitária, representando a construção de uma política produzida coletivamente. Buscou a integração interna na universidade e deveria manter a interação com o ensino e a pesquisa. Entender as mudanças de concepções da função da extensão nessas décadas é também compreender que as políticas que foram traçadas trabalharam em uma dimensão crítica - propunha a função social na universidade fosse cumprida por meio da extensão, cujo papel seria de contribuir para o desenvolvimento da sociedade realizando políticas sociais do governo para combater a pobreza. Hoje entendemos esse projeto pensado criticamente na época ainda não traz a significação da extensão na lógica interlocutora e formadora, e sujeita ao controle do poder da pesquisa. Assim, essa função social traz a extensão pensada como o canal para ensinar uma sociedade como ela **deve ser** e não para elaborar **junto com** ela alternativas para os problemas sociais existentes para além de ações isoladas não possibilitando uma mudança estrutural.

Se partirmos da análise do poder como um modelo institucional proposto pelo Estado e internalizado pelas instituições universitárias, como nos diz Foucault (1982), os arranjos imprimiram na subjetividade docente mecanismos disciplinares e efetivo controle, marcando características como o empreendedorismo, a busca por fontes diversificadas de financiamento, a competitividade, a busca do reconhecimento pelos pares, entre outras, que determinam um perfil distante dos objetivos do acadêmico dedicado ao desenvolvimento da intelectualidade capaz de contribuir para o crescimento científico vinculado aos contextos de vida social. O perfil universitário docente tem na pesquisa o eixo norteador

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

para a produtividade a partir do envolvimento com pares, grupos, redes de pesquisa, buscando a produtividade avaliada, sobretudo por meio de publicações. Esse perfil fomenta a institucionalização de uma realidade que valoriza os produtos mais do que os processos. Essa dinâmica impulsionadora da produtividade cria um determinado tipo de subjetividade, via poder institucionalizado nos mecanismos de controle, muito distante da relação entre o conhecimento científico produzido na universidade e a interlocução valorativa da extensão com a comunidade social, e leva ao agravamento do esfacelamento da proposta de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro fator preponderante nesse contexto de fragmentação e hierarquização do tripé universitário, que se intensifica a partir dos anos 1990, é a “crescente expansão da razão instrumental por fora e por dentro da universidade”, como discute Paula (2012, p. 58):

É o pensamento posto a serviço do desenvolvimento de instrumentos para a produção do controle social e de novas formas de subjetividade. Essa razão instrumental, imediatista, essa burocratização exacerbada da universidade está comprometendo cada vez mais a cultura, a autonomia, a liberdade do pensamento. O pensamento universitário tem sido cada vez mais submetido ao primado da calculabilidade.

Na medida em que a burocratização do trabalho docente e do pensamento intelectual se restringe à produtividade, clamar pela interlocução da universidade com a sociedade torna-se um objetivo inalcançável na universidade. Não há como compreender a extensão próxima da pesquisa enquanto fundamento de descoberta e alimentação da teoria, e a discussão sobre o papel da extensão se acentua no país, contraditoriamente acentua-se a dissociação e a hierarquização entre a pesquisa e a extensão. Esses mecanismos estão expressos nos modos de apoio e financiamento dos projetos, nos programas de incentivo entre as áreas do conhecimento. Nessa perspectiva de subordinação e disciplinarização do poder instituído hoje na universidade, para um docente realizar programas ou projetos extensionistas o incentivo é precário. E, se posicionarmos a área da cultura na extensão, a questão é ainda mais grave.

A fragmentação e a hierarquização das áreas do conhecimento representam um dos pontos-chave dessa discussão. Pois os incentivos direcionados pelas agências de fomento às áreas tecnológicas ou que têm uma aplicabilidade maior no âmbito do setor produtivo

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

são infinitamente maiores do que aqueles direcionados às ciências humanas, que possuem um tipo de conhecimento de natureza distinta, menos imediatamente transformável em tecnologia e com menor aplicabilidade para o setor produtivo. Entendemos que a identidade das áreas do conhecimento se faz no contexto da vivência cultural, na presença das contradições sociais e dos conhecimentos que, ampliados e interligados, constituem a formação, na contemporaneidade. Não se concebe, nessa perspectiva, uma divisibilidade ou poderes sobrepostos, significando subalternidade e ou controle entre os campos do conhecimento. Por outro lado, não há como visualizar a extensão buscando uma afirmação única em seu fazer, mas há uma determinação hegemônica nos interesses de cada grupo que esteja colocado no jogo de poder representativo. Na tentativa de ultrapassar as hierarquias e dicotomias criadas pelas políticas públicas para a educação superior nas últimas décadas, buscamos alternativas, tais como conceber uma política que incorpore as vozes dos discursos silenciados da sociedade e trazendo à tona as relações de poder estabelecidas dentro da própria universidade, que silenciam a sociedade.

A extensão universitária, por longo tempo, pautou-se por uma política de ações localizadas e as relações de poder não se faziam a partir da compreensão das diferenças, mas em nome da busca de uma unidade nacional que não correspondia às diferentes vozes dos sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, sob os comentários de Deleuze (1992, p. 221-222):

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (...), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (...). Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha (...) a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição (grifo do autor).

A sociedade do controle retira a capacidade da universidade de ouvir as vozes silenciadas da sociedade, no sentido da busca de alternativas mais consistentes e menos pontuais e fragmentárias para as demandas sociais. A própria extensão universitária se define a partir do modelo hierárquico nas áreas que a compõem, pois no momento em que realiza políticas de incentivo e apoio subdivide-se entre os eixos temáticos e suas subáreas que em quantidade são menores umas das outras, desta forma, privilegia algumas áreas

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

mais do que outras. “Mas, enquanto sujeitos-em-luta por um novo tempo na história”, parodiando Hall (2003, p.183), a extensão, em relação à cultura, chega à década de 1990 sob a forma de duas políticas, o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) e o Programa Nacional de Extensão Universitária – ProExt (1994), promotoras de um espaço de discussão e negociação da identidade e definição do papel da extensão na universidade e no contexto das políticas para a educação superior. Um momento decisivo e renovador para o campo da extensão. É um momento decisivo para o Fórum porque se define como ator

[...]que pretende interferir na política acadêmica, abrindo espaço para ação extensionista. Um ator que propõe, articula e redimensiona suas propostas, que pretende ter incorporadas nas políticas públicas suas diretrizes conceituais e políticas elaboradas num processo marcado pelo entendimento” (NOGUEIRA, 2005, p. 49)

O que conduz a diferença serão desafios a enfrentar na extensão de construir uma ação social responsável em conjunto com a comunidade? Essa questão traz grande discussão, indo desde a economia à política do país e da educação, e às diversidades culturais de modo geral. Para aproximar-se de uma possível resposta, opta-se por identificarem-se as condições em que uma política de extensão universitária pode avançar aos mecanismos de poder da pesquisa. Mas as garantias de alcance efetivo dessa proposta, registramos por meio dos dados ainda não foram alcançadas devido à incapacidade de atuação sobre os mecanismos de poder que estão presentes nas políticas universitárias. Sem propor outro paradigma para a extensão pode ser percebida pela análise dos editais de pesquisa e extensão que contribuem para a manutenção das hierarquias e dicotomias presentes na estrutura acadêmica e social.

Uma tendência geral é observada a partir da década de 2000, em que o Fórum referenda as áreas temáticas da extensão, definindo como princípio da ação extensionista a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e a oferta do primeiro edital para o desenvolvimento da cultura nas universidades lançado a partir do ano de 2007 e o Programa de Apoio à Cultura: Extensão Universitária 2007 e 2008. Nos anos subsequentes esse edital não é mais lançado. Na análise em tela, o que interessa é a maneira como este documento foi construído e como ele se faz presente como instrumento de mudança na

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

política da ação extensionista, assim como a capacidade integradora e de poder disseminado. Avançando para as negociações, a presença dos atores/ sujeitos e seus discursos atuam em prol de uma extensão de caráter consistente e dinâmico junto à demanda da sociedade. Trata-se de compreender como as políticas públicas de cultura e de universidade se tangenciam, e se a universidade está ou não tratando deste assunto com propriedade prática no cotidiano das ações e atividades propostas na extensão. O desenho dessa tendência se verifica na diversidade de atendimento aos diferentes programas e projetos da extensão, nas áreas/ eixos aprovados nos diferentes editais e qual a mobilização de recursos distribuídos entre os mesmos. Esse tipo de apoio se estende somente até o ano de 2009, porém neste ano a configuração política é desconstruída da especificidade extensionista apoiando a cultura, entrando em cena a pesquisa como norteadora da proposta. Essa modificação traz, novamente, a pesquisa para o centro da política de apoio ao ensino superior na lógica da produtividade, bipartindo o tripé universitário e deslocando para o isolamento a extensão em editais isolados da pesquisa. O cenário agora é dividir o fomento localizado na área da cultural, retrocedendo e desconsiderando o cenário de 2007. No jogo das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), a extensão ganhava visibilidade e valorização no mesmo patamar da pesquisa, com editais específicos que lhe conferiam esse reconhecimento e ainda traziam a cultura para a cena do eixo articulador das produções, o que na pesquisa é inviável, pois a relevância deve estar na ciência, tecnologia e inovação, como se estes eixos não fossem considerados mediados e transversalizados pela cultura.

Hoje os editais do ProExt possuem configuração diferente, como podemos perceber não mais evidenciam a cultura contemplada em um edital próprio, agora presente em um edital que contempla multiplicidade de ministérios e seus interesses isolados. Podemos dizer que a própria extensão se encontra hoje fragmentada em seus eixos, mesmo buscando o reconhecimento da interdependência de suas áreas. A partir do edital do ProExt 2009, podemos considerar um avanço, pois por intermédio da SESu/DIFES, em que vários ministérios são contemplados, mas esqueceu-se de verificar a condição da distribuição das verbas por áreas e quais os investimentos por área de interesse do governo. Como exemplo do avanço na área da cultura, em 2007 o ProExt Cultura apoiou 40 projetos de extensão em 05 eixos temáticos dentro da área da cultura e inclusão social. Em 2008 o programa

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

aumenta consideravelmente o alcance da verba apoiando noventa e sete projetos de vinte e sete projetos, o Distrito Federal, atingindo vinte e três estados da Federação, e aumentou para seis eixos temáticos, pulverizando as temáticas extensionistas. Em 2014 uma outra análise surge em um novo edital múltiplo trazendo disseminação das anteriores propostas, em curso de análise.

2. Considerações Finais

No momento é possível identificar o distanciamento entre o que as políticas de apoio e financiamento vêm realizando em relação às áreas da pesquisa e da extensão. O acirramento do embate entre as ciências humanas e as ciências tecnológicas, confinando a autonomia docente ao trabalho produtivo desprovido do seu potencial cultural de retorno à sociedade como alavanca para melhor condição de estruturar o desenvolvimento social se esvai ao analisarmos os editais de apoio com essa finalidade.

Se o discurso do paradigma da centralidade da cultura na sociedade se faz presente nos documentos oficiais do governo brasileiro, não há justificativa para não promover o desenvolvimento cultural/ educacional do seu cidadão deixando de associar cultura ao conhecimento científico e tecnológico. Afirmasse assim, a condição de subalternidade em uma das situações mais precárias para que associar desenvolvimento à questão. Se a política pública para alavancar projetos de extensão universitária não consegue dirimir essa problemática, como a universidade, hoje cientificista, com referência na pesquisa e no ensino. De que forma a universidade poderia contribuir com a formação dos sujeitos críticos e reflexivos sobre sua condição e a sociedade que almeja?

A indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão segue o seu curso histórico, sendo utilizada conforme os interesses de permanência das fragmentações entre as agências de fomento e de manutenção de uma avaliação quantitativa que propicia a hierarquia e a lógica das dominações em seus mecanismos de controle na universidade. A lógica da produtividade está distante do discurso da extensão que busca a interação da universidade com a sociedade. A Capes, como agência principal participante na formação dos profissionais da educação, não reconheceu a cultura na sua potencialidade

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

interlocutora, como vimos na interferência que realizou na extinção do ProExt Cultura em 2009, encerrando a integração da extensão e da pesquisa, e retomando o descredenciamento da extensão como área de valor igual à pesquisa, mantendo-a numa condição subalterna.

Os breves dados apresentados demonstram que é preciso aprofundar as discussões sobre a significação da área da cultura como um campo formativo na universidade. É necessário discutir na universidade as políticas existentes e sua relação com os critérios de avaliação para aprovação dos programas e projetos de extensão, cuidando da distribuição político-administrativa dos interesses do governo em desenvolver ações no sentido da promoção do desenvolvimento nacional.

Entendemos ser essencial maior valorização e significação interlocutora da extensão pela universidade e pelos órgãos oficiais, e dentro dela da área de cultura, para que outras mediações teóricas, metodológicas e políticas possam subsidiar uma formação de qualidade, referenciada socialmente, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável com justiça social.

3. Referências

- ÂNGELO, Miguel. Biopolítica e sociedade de controle: notas sobre a crítica do sujeito entre Foucault e Deleuze. **Revista Científica – Estéticas da Biopolítica, Ensaios críticos**, v.1 n.1, p.1-8, 2007. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/miguel_angelo.pdf>. Acesso em: 25/02/2014.
- BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC**. 2001.
- BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial MEC/MINC nº 1, de 04 de outubro de 2007**. Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, com o objetivo de definir critérios visando a integração e a implementação de ações comuns e a consolidação de uma agenda bilateral no âmbito do Programa Mais Cultura da Agenda Social.
- BRASIL. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- BRASIL. SESu/ MEC. **Edital PROEXT 2014. Programa de Extensão Universitária**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=490id=12243option=com_contentview=article>. Acesso: 24/04/2014.

ISBN: 978-85-93416-00-2



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

- CONTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988.** Diário Oficial da União de 05 de outubro de 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações** (1972-1990). Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (Coleção TRANS).
- EDITAL N 01/2008 PROEXT MEC/CULTURA. Brasília, 24 de setembro de 2008. A União representada pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura convoca as Instituições Públicas de Ensino Superior a apresentarem propostas de desenvolvimento de projetos no âmbito da extensão universitária, de acordo com o estabelecido neste Edital.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. B H: UFMG, 2003.
- MEIRA, Márcio. **Oficina de Informações sobre a metodologia da 1ª CNC**. IN: 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- MENDES, Sonia Regina dos Santos. **Algumas reflexões sobre a universidade e a cultura**. Rio de Janeiro. Notas. 2007.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2005.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de avaliação da educação superior e trabalho docente: a autonomia universitária em questão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XXI, n. 49, p. 51-61, janeiro 2012.
- PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**. Sistema de dados e informações: base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 1999 (Coleção Extensão Universitária, v. 2).
- SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ISBN: 978-85-93416-00-2